

PSICOPOLÍTICAS DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO: MASSIFICAÇÃO VIA DISPOSITIVO TOTÊMICO

PSYCOPOLITICS OF MOVEMENT THE SCHOOL MOVEMENT WITHOUT PARTY: MASSIFICATION VIA TOTEMIC DEVICE

PSICOPOLÍTICA DEL MOVIMIENTO ESCOLAR SIN PARTIDO: MASIFICACIÓN POR DISPOSITIVO TOTÉMICO

Alexandre Luiz Polizel¹
Moses Alves de Oliveira²

Resumo

O artigo analisa as produções psicopolíticas e culturais mobilizadas pela discursividade do movimento Escola sem Partido. São analisados por conceitos de derivação Nietzscheana e Psicanalítica dois repositórios materiais, a propositiva do Projeto de Lei nº 246 de 2019, que institui o Programa Escola sem Partido, protocolado pelo movimento Escola sem Partido e a organização estética-discursiva presente na página inicial do movimento. As análises são apresentadas três eixos: a) (Anti)Movimento Escola sem Partido e sua propagação; b) A produção de um tabu pelo movimento Escola sem Partido; e os c) Efeitos de massificação do movimento. É evidenciado que o movimento Escola sem Partido instaura-se por meio de dispositivos do medo, da massificação e da perda de si.

Palavras-Chave: Educação; Currículos; Totemismo; Escola sem Partido.

Abstract

The article analyzes the psychopolitical and cultural productions mobilized by the discourse of the School without Party movement. Two material repositories are analyzed by concepts of Nietzschean and Psychoanalytic derivation, the Propositive of the Law project filed by the School without Party movement and the aesthetic-discursive organization present on the homepage of the movement. The analyzes lead us to three axes: a) (Anti) Movement School without Party and its propagation; b) The production of a taboo by the School without Party movement; and c) Effects of mass movement. It is evident that the School without Party movement is established through devices of fear, massification and loss of self.

Keywords: Education; Curriculum; Totemism; School without Party.

Resumen

El artículo analiza las producciones psicopolíticas y culturales movilizadas por el discurso del movimiento Escuela sin partido. Se analizan dos depósitos materiales por conceptos de derivación Nietzscheana y Psicoanalítica, la propuesta del Proyecto de Ley, P No. 246 de 2019, que instituye el

¹Doutorando em Ensino de Ciências e Educação Matemática pela Universidade Estadual de Londrina. Professor Colaborador no Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6397-306X> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4217304775945037> E-mail: alexandre_polizel@hotmail.com

²Doutor em Educação Básica pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professor no Departamento de Química e no Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Educação matemática da Universidade Estadual de Londrina. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0102-9385> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3459824970571567> E-mail: moises@uel.br

Programa Escuela sin Partido, presentado por el movimiento Escuela sin Partido y la organización discursiva estética presente en la página de inicio del movimiento. Los análisis se presentan en tres ejes: a) Movimiento del partido (anti) sin escuela y su propagación; b) La producción de un tabú por la escuela sin movimiento del partido; y c) Efectos del movimiento de masas. Es evidente que el movimiento Escuela sin partido se establece a través de dispositivos de miedo, masificación y pérdida del yo.

Palabras clave: Educación; Currículum; Totemismo; Escuela sin partido.

Notas Introdutórias

Os sentimentos da massa são sempre muito simples e muitos exaltados. Ela não conhece a dúvida nem incerteza (Sigmund Freud).

Este manuscrito emerge em um território – a investigação intitulada como Psicopolíticas (ciber)culturais: currículos (sem partido) e modos de verificação do pensamento na contemporaneidade – como uma derivativa de uma investigação maior. Manuscrito que se guia pelo objetivo de analisar as produções psicopolíticas culturais mobilizadas pela discursividade do movimento Escola sem Partido (EsP) em seu sítio eletrônico.

Compreende-se a psicopolítica como processualidades de modalização do pensamento, atravessado pelas dinâmicas políticas. É a política que se encontra com as psicologias dos sujeitos, e, neste encontro, os jogos de negociação estabelecem suas (de)formações. A forma, neste aspecto, se estabelece à medida que se organizam os percursos das funções.

Toma-se aqui a política não como uma instância maior, representada simplificadamente como estruturas de poder institucionalizados, mas enquanto dinâmicas da existência que refletem relações de poder e de governo, que se dão nas microfísicas do poder e se instauram discursivamente, podendo ser institucionalizadas, ou não (Foucault, 2007; 2015). Relações minoritárias que podem ser captadas e investidas a produção de regimes técnico-administrativos dos corpos e dos desejos, ou seja, firmarem-se como regimento via instituições como os âmbitos legislativos-executivos-judiciários. Todavia, entende-se que essas operam à medida que se instauram enquanto discursividade, como quadros de referências que legitimam determinados modos de ser, estar, existir e pensar.

Deste perspecto, compreende-se que os processos pedagógicos operam como organizações tentaculares de expansão e conexão, de articulações, destes regimes de verdade e de subjetivação – levando a reiteração ou reverberação dos mesmos (Foucault, 2016). A subjetivação desloca as produções dos corpos, individuais e de espécie, do Eu e do Outro, ao

passo que as negociações são dadas nas pulsões dos desejos³. Neste sentido, Reich (1988) convida a pensar as funcionalidades psicológicas e políticas, conforme o desejo é agenciado, ou seja, as psicopolíticas dos desejos.

Desta forma, busca-se neste manuscrito voltar o olhar aos acontecimentos políticos contemporâneos em torno das políticas educacionais, guiado por uma lógica de formulações curriculares proibitivas – em contramão aos movimentos históricos que buscavam a organização de documentos oficiais por caráter propositivo –, tendo como exemplo o emergir de movimentos anti-Estudos de gênero, anti-Estudos humanitários, anti-Estudos críticos e reflexivos, Estudos anti... Tocante em que é destacado como movimento que busca a articulação de (in)desejos e o uso de instâncias legislativo-jurídicas, o movimento Escola sem Partido (Carvalho, Polizel & Maio, 2016).

Tal movimento, pelo seu destaque, leva a questionamentos acerca de seu *modus operandi* e dos agenciamentos dos desejos, ou seja, de técnicas psicopolíticas⁴ de reiteração e interdição de pulsões desejantes (Freud, 1996; 2011; Deleuze & Guattari, 1996).

Neste sentido, buscamos analisar as produções psicopolíticas e culturais mobilizadas pela discursividade do movimento Escola sem Partido, em seu sítio eletrônico. Para isso, organizamos o presente manuscrito em quatro movimentos iniciais: a) Construindo um percurso analítico; b) (Anti)Movimento Escola sem Partido e sua propagação; c) A produção de um tabu pelo movimento Escola sem Partido; e d) Efeitos de massificação do movimento.

Construindo um percurso analítico

Para o desenvolvimento de tal analítica, o presente manuscrito recorre à produção de uma análise influenciada pelas perspectivas dos Estudos Culturais e Pós-estruturalistas. De tal óptica, compreende-se que o percurso analítico se dá no trânsito: o campo chama análise e a análise chama o campo. Uma construção mútua da compreensão dos fenômenos. Definição esta que Michel Foucault (2016) trata como uma analítica pela *caixa de ferramentas*. Neste sentido,

³Evidencia-se que vários caminhos se encontravam possíveis, todavia, a confluência entre os autores de bases epistemológicas que dissidem e convergem em diferentes momentos, tem como fio condutor as temáticas dos desejos-vontades.

⁴Psicopolíticas consistem em técnicas outras de controle dos corpos e das mentes nas sociedades contemporâneas (e com isso de saberes, poderes e verdades). Estas não se mobilizam por estruturas proibitivas e não obriga ao silêncio, mas convida a falar, comunicar, compartilhar e expressar-se constantemente. É a própria produção de si no ato confesso que produz sua *psi* e, os regimes políticos atuais atravessam essa produção (Han, 2018; Foucault, 2015). A psicopolítica consiste então nos modos como os regimes de saberes, poderes e verdades – processualidades micropolíticas – atravessam as mentalidades e os modos de constituição do Eu.

as teorizações-análises encontram-se sempre em produção e utilizam-se de conceitos para analisar os acontecimentos.

É a isso que Friedrich Nietzsche (2009) trata como fio condutor de análise, ou desmascaramento; e Sigmund Freud (2011) trata por diagnose, a chave interpretativa dos sintomas e da nominação destes. Desta forma, as análises desenvolvidas neste manuscrito são guiadas por eixos, trazendo à tona ópticas conceituais psicanalíticas (Bataille, 1989; Reich, 1988; Freud, 1996; 2011; Nietzsche, 2009), das relações de saberes-poderes-verdades (Foucault, 2016; 2015; Agamben, 2004), e das interlocuções destes (Safatle, 2018; Adorno, 2006; Adorno *et al.*, 2016; Adorno & Horkheimer, 1991). Estes conceitos são chamados à tona enquanto auxiliam na leitura dos acontecimentos, no curso do manuscrito.

Os acontecimentos analisados consistem em dois repositórios de materiais: a) Propositiva do Projeto de Lei nº 246 de 2019, que institui o Programa Escola sem Partido (Brasil, 2019)⁵, protocolado pelo movimento Escola sem Partido; e b) A organização estética-discursiva presente na página inicial do site do movimento Escola sem Partido⁶. Ambos os repositórios são analisados discursivamente, utilizando conceituações supracitadas como chaves de leitura dos mesmos.

O olhar ao Projeto de Lei oferece substrato acerca dos modos que se propõe institucionalizar, ao que pleiteia no espaço da cena pública e disputa firmar enquanto legislação para os espaços educativos. O olhar apenas à página inicial do site do movimento Escola sem Partido representa uma organização estética, ou seja, a base sintética dos campos de saberes que o movimento pretende articular para instaurar-se discursivamente.

Compreendem-se campos de saber, a partir da perspectiva de Michel Foucault (2016; 2015), como campos em que os saberes são produzidos atendendo a modos de veridicção destes. Neste sentido, os campos estabelecem suas próprias regulamentações para construção de

⁵Compreende-se a existência de distintos projetos propostos pelo movimento Escola sem Partido. Vê-se um destaque ao projeto protocolado pelo Deputado Federal Izalci (PSDB-DF) (Brasil, 2015) e pelo Senador Magno Malta (PR-ES) (Brasil, 2016). Projetos com textualidades similares, mas apresentando diferenças discursivas. Neste sentido, opta-se neste manuscrito pela análise do texto proposto pela Deputada Federal Bia Kicis (PSL-DF). Tal opção dá-se ao considerar que tal projeto é mais recente e, que o mesmo apela para uma intensificação do dispositivo totêmico do medo, em uma análise de conteúdo do anteprojeto, visto: i) A ampliação da vigília, com a propositiva de direito de gravação e sequestro da imagem docente, mobilizando o pensamento para a possibilidade de a qualquer momento poder se assaltado midiaticamente por um aluno; ii) Criação de um canal de denúncias, judicializando o processo educativo (atualmente as reclamações são realizadas diretamente a direção, núcleos e secretarias educacionais); iii) Desmobilização de grêmios estudantis, vedando destes o direito de participação e manifestações políticas; e iv) Minimiza o tempo de Implantação do Projeto de Lei Escola sem partido, caso aprovado, para 90 dias (anteriormente constava 2 anos para transição).

⁶Site do movimento Escola sem Partido recuperado de: <<http://www.escolasempartido.org/>>

tais saberes e, com isso, funda verdades, enunciados, que passam a forma(ta)r sujeitos. Os enunciados então ao fundar sujeitos e ao constituir saberes-verdades, fundam também relações de poder e modos de ser, estar, pensar e existir. As relações de saberes-poderes-verdades, que passam a operar são guiadas pelos desejos de permitir-se sujeitar a tais normativas, ou de resistir e negociar para com estas, ou seja, são atravessadas pelos desejos (Deleuze & Guattari, 1996).

Os diferentes campos de saberes e sua instauração de seus regimes de verdades não se dão isoladamente, mas em constante combinação, articulação. Os enunciados-discursos são combinados e compilados a partir de distintos campos de saberes, para serem colocados em efetuação. À medida que um sítio eletrônico organiza a estética de sua página inicial, colocando seus pontos-chaves como *links* que direcionam a outras páginas, os mesmos apresentam ao olhar seus pontos de articulação, possibilitando acompanhar o circuito de articulação criado (Safatle, 2018).

A combinação analítica destes dois repositórios tem por finalidade visualizar a composição discursiva – e a operação – do movimento Escola sem Partido, não como uma totalidade, mas sim como um recorte: A produção do dispositivo totêmico do medo e seus efeitos psicopolíticos⁷. Outras análises são possíveis, todavia damos o enfoque pela óptica psicopolítica: atravessando a constituição do movimento, a produção de um dispositivo totêmico do medo, a massificação e a criação de um “novo pai”.

(Anti)Movimento Escola sem Partido e sua propagação

Ao falarmos de um (anti)movimento social, encontramos-nos discutindo uma unificação de sujeitos no entorno de um conjunto de pautas que disputam por um projeto de sociedade. Os movimentos, neste sentido, emergem à medida que mais indivíduos encontram-se atrelados na disputa por tal projeto em comum. A proposição de tal projeto e a relação destes sujeitos emerge em um contexto histórico, localizados em meio a relações de saber e poder – ou seja, mentalidades, modos de pensamento e o desejo de pautar e colocar em efetuação um modo de governo (Foucault, 2016).

Assim, faz-se necessário localizar o movimento Escola sem Partido (EsP) e sua propagação arrebanhadora (Nietzsche, 2009). O movimento EsP emerge enquanto um

⁷Demarca-se aqui que o dispositivo totêmico do medo produz linhas de força que atravessam os corpos, governam os modos de pensamento e nesse sentido produzem psicopolíticas. Todavia, os Dispositivos Totêmicos também são produzidos a partir das psicopolíticas, de mentalidades e psicologias em governo que ao desejarem instauram o dispositivo. Devido a isso, para fins didáticos, pontua-se ambos em separata, mas são concatenados.

movimento social em setembro de 2003, encabeçado pelo Procurador do Estado de São Paulo e representante de movimentos sociais católicos, Miguel Nagib. O mesmo relata que a iniciativa se deu pela indignação com um professor de história de sua filha, em um colégio particular da cidade de Brasília, que havia comparado Che Guevara a São Francisco de Assis. Tal acontecimento é compreendido por Miguel Nagib como um ato de doutrinação, levando-o a convidar outros pais a se reunirem e tomarem medidas contra o professor. Neste sentido o movimento integrado por alguns pais e estudantes passam a guiar-se por três objetivos: a) A reinterpretação acerca da liberdade de cátedra, de ensinar e de aprender; b) A descontaminação e desmonopolização de uma suposta política ideológica presente nas escolas; c) O respeito à integridade moral dos alunos e ao direito (único e exclusivo) dos pais de tal forma(ta)ção moral (Carvalho, Polizel & Maio, 2016; Cara, 2016). A pauta deste movimento, em tal temporalidade, enfoca-se a um combate aos estudos (neo)marxistas, o que é chamado por estes como um suposto *marxismo cultural*.

Esta movimentação de pais e estudantes passa a ganhar força e se interligar com fatos histórico-sociais que reivindicam um novo projeto social educacional. Tais acontecimentos poderiam ser demarcados acerca de: a) a retirada de ações acerca da promoção de direitos pautados por movimentos sociais minoritários – como direitos reprodutivos, sexuais, laicos, de liberdade, de expressão e de reparação para com os crimes cometidos durante a ditadura⁸ – no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), pelo governo Lula, em 2009⁹; b) o recuo do Programa Educacional Brasil Sem Homofobia, para os ensinos fundamentais e médios, pelo governo Dilma em 2011; c) a expansão de campanhas contrárias às diversidades sexuais e culturais, durante as votações dos Planos de Educação estaduais e municipais a partir de 2014 (Planos de Educação que estabelecem metas e compromissos do sistema educativos a serem cumpridas no país durante o próximo decênio); d) as manifestações de 2013, em que grupos atrelados a pautas reacionárias e conservadoras passam a disputar os espaços políticos e as pautas ético-morais (Carvalho, Polizel & Maio, 2016; Ximenez, 2016).

⁸ Após promulgar o Programa Nacional de Direitos Humanos III, o governo sofreu críticas de setores conservadores que endossaram a ditadura (1964-1985), tomaram destaques os militares, Frente Parlamentar do Agronegócio, Frente Parlamentar Evangélica, Frente Parlamentar Apostólica Romana e setores da grande mídia. Tal pressão fez com que o governo recuasse e retirasse ações essenciais para a promoção dos Direitos Humanos e o Bem-Estar Social no Brasil (Bombarda, 2016).

⁹ Atos desenvolvidos por meio dos decretos nº 7.037 de 21 de dezembro de 2009 e nº 7.177 de 12 de maio de 2010. Recuperado de: <<http://www.dhnet.org.br/pndh/decreto7037/index.htm#decreto1>>, <<http://www.dhnet.org.br/pndh/decreto7037/index.htm#decreto2>> e <http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdf/pndh3_programa_nacional_direitos_humanos_3.pdf>

Acontecimentos que coadunam em 2014 com a reeleição da presidenta Dilma Rousseff (PT) e com um cenário de emergência e construção de crise: i) Um clima antipolítico acerca dos erros táticos do Partido dos Trabalhadores (PT) e do ressentimento de determinados seguimentos sociais por sua reeleição; ii) Crise de partidos conservadores tradicionais, que passam a competir com os novos agrupamentos, que surgem com as mídias sociais e agenciamento dos desejos das massas que foram às ruas em 2013; iii) Disseminação de informações falsas – seja por dissimulações ou simulações –, as *fake news*, e seus usos para direcionar conflitos no cenário políticos (Natanson, 2018).

Momento que leva a outros atores políticos e pautas a serem agenciadas pelo movimento e, a instalação de sua propositiva como um projeto de lei. Entra em cena o Deputado Federal Flávio Bolsonaro (PP-RJ), via proposição da minuta de Projeto nº 2.974/2014, sendo apresentado também na Assembleia Estadual do Rio de Janeiro, em 13 de maio pelo vereador Carlos Bolsonaro (PP-RJ)¹⁰. O trabalho ganha publicidade neste momento visto sua assimilação às tentativas da proibitiva de temas apagados e polemizados a partir de junho de 2013, com as votações dos Planos de Educação, tanto em nível nacional, quanto estadual e municipal.

Tais temas incorrem a outros desejos e eleições: o eleger como ideológicas discussões acerca de temas identitários – Gênero, Diversidade Sexual, Étnica-Regional, Classe e Regionalidades –, termos suprimidos nos Planos de Educação (Carvalho, Polizel & Maio, 2016; Cara, 2016; Ximenez, 2016). Momento de publicidade que leva a outros atores se mobilizarem dentro da Câmara dos Deputados, inicialmente com o Deputado Federal Izalci (PSDB-DF) via projeto de Lei nº 8.67/2015 (Brasil, 2015); e em Senado por meio da propositiva PL nº 193/2016 (Brasil, 2016), do Ex-Senador Magno Malta (PR-ES).

Estes passam a se vincular com outros atores políticos: i) Deputado Federal, apoiador e pastor Marcos Feliciano (PSC-SP); ii) Deputado Federal Antônio Carlos Martins de Bulhões (PRB-SP), bispo da Igreja Universal do Reino de Deus; iii) Deputado Federal Erivelton Santana (PSC-BA), membro da bancada evangélica e proponente da PL 7.180/2014 (apensado ao PL 867/2015 pelo conteúdo do texto); iv) O influenciador digital, professor, evangelista goiano que milita pelo evangelho nas universidades e autor do blog *De olho nos livros didáticos*, Orley José da Silva – denunciando críticas anticapitalistas nos livros didáticos, representações de diversidades sexuais e de matrizes africanas; v) Luís Lopes Diniz Filho, Professor de Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e colaborador do Instituto Millenium, crítico à

¹⁰Tanto Flavio Bolsonaro quanto Carlos Bolsonaro estavam filiados ao Partido Progressista no período de peticionar propositiva EsP. Ambos passaram posteriormente pelo Partido Social Cristão e atualmente encontram-se vinculados ao Republicanos, pelo estado do Rio de Janeiro.

globalização e à geografia crítica; vi) Ana Carolina Campagnolo (PSC-SC), influenciadora digital, professora de história na rede privada, seguidora de Olavo de Carvalho, Calvinista e antifeminista – atualmente Deputada Federal eleita sob a pauta propositiva do movimento Escola sem Partido e por sua popularização criando canais (ilegais) de denúncia de professores; entre outros, como a atual deputada Bia Kicis (PSL-RJ), militante pelo voto impresso, defensora do projeto Escola sem Partido e proponente do novo projeto (Brasil, 2019; Espinosa & Queiroz, 2017).

Em levantamentos realizados por Rodrigo Ratier (Ratier, 2016), os perfis de 19 deputados federais, estaduais ou vereadores encontram-se alinhados a bancadas religiosas, sendo o Partido Social Cristão (PSC) a maior sigla propositiva pelo projeto, coadunado atualmente com as proposições do Partido Social Liberal, Partido do Movimento Democrático Brasileiro e do Partido da Social Democracia Brasileira.

Neste sentido, a propagação dos projetos Escola sem Partido encontra-se alinhada a três aspectos: a) Antimarxismo e Antiteorizações neomarxistas, acerca de críticas a desigualdades econômicas, sociais, de poder-governo e de manutenção de uma moralidade religiosa cristã vigente¹¹; b) Governo das sexualidades, via proibitiva de temáticas acerca dos direitos reprodutivos e de diversidades de gêneros e orientações sexuais¹² (Carvalho, Polizel & Maio, 2016; Ratier, 2016; Dip, 2018); e c) posteriormente com o conclave por revisionismos de fatos históricos (como o período de ditadura militar), e teorizações científicas (como as proposições terraplanistas, anticlimáticas, antievolucionismos...), apresentadas como um apelo à apresentação de “[...] perspectivas concorrentes” (Brasil, 2019, p. 2)¹³.

Estes se mostram eixos de governo, ou seja, envolvem um regime de saber-poder (Foucault, 2016), e tal governo encontra-se relacionado às dinâmicas de desejos de governamentos (Foucault, 2015; Freud, 2011; 1996): a) do governo das sexualidades, por meio da reiteração de dinâmicas normativas; b) do governo das moralidades, por meio da reiteração da moral judaico-cristã-familiar; c) do governo econômico, por meio da supressão de teorias críticas aos efeitos produzidos pelo sistema capitalista e neoliberal, reiterando o ideal de

¹¹Compreendidas no escopo do texto (Brasil, 2019) e nas manifestações públicas como aspectos não científicos, mas ideológicos, políticos e partidários.

¹²Aspecto este enfatizado no “Art. 2º O Poder Público não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero” (Brasil, 2019, p. 1).

¹³Vide a ponderação do “Art. 4º. IV – ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria” (Brasil, 2019, p. 2);

bom sistema; d) do governo da securidade, inclinando a um revisionismo histórico que não critique o regime ditatorial brasileiro.

Como pontua Michel Foucault (2016; 2015), os modos de governo são atravessados por políticas de normatização, implantado por meio de dispositivos, que difundem e operacionalizam os poderes por meio de instaurações discursivas – e com estas de saberes, poderes e verdades –, e assim a organização via projeto social.

Produção do tabu pelo movimento Escola sem Partido

Ao pensar a organização das sociedades e, o estabelecimento de regulamentações que delineiam as relações sociais, de identificação e diferenciação, é invocada por Sigmund Freud (1996) a figurativa totêmica¹⁴. Para esse, a estrutura libidinal se organiza durante o tempo que se estabelece ligações com o sacro e o profano. A imagética do sacro articula-se com o ícone que apresenta o que não pode ou deve ser profanado. A delineação religiosa daquilo que deve ser mantido agencia os desejos, estimulando-os ou os recalcando, a fim de manter a normativa vigente que seria intransponível.

O totem garante uma ligação sanguínea, um laço de desejos e de sentidos que seria intransponível, aglutinativo, e que convida à articulação dos desejos em um agrupamento. Dessa forma, o totem deve ser preservado, por ser uma figura impassível de ser quebrada. Para a preservação do totem, instauram-se tabus. Lógicas proibitivas, linhas que delineiam atos instaurados como transgressivos e passíveis de punição (Freud, 1996; 2011). Destarte a instituição de grupamento sob vigência normativa da moralidade, invocando assim o legitimador de uma figura mítica.

Evidencia-se ao adentrar no endereço eletrônico do movimento Escola sem Partido a primeira ponderação situada no entorno do conclave desejante: “Educação sem doutrinação”. Organização espacial e enunciativa intencionada, que busca a organização da experiência e dos sentidos dados na navegação por este (ciber)espaço. Visto seu destaque, a tal enunciativa, vê-se que os desejos são deslocados e buscam se organizar por uma lógica negativa, do impedimento da *doutrinação* nos processos educativos. Tal enunciado faz-se ao apelo de uma educação que atenda a uma “[...] neutralidade política, ideológica e religiosa” (Brasil, 2019, p.1). A doutrinação seria todo processo que perturbaria a moralidade ensinada pelos pais, o que feriria o

¹⁴O totem neste manuscrito não é compreendido como uma estrutura fixa, estática e determinística da organização social. O totem é trazido como um mote de agenciamento dos desejos, que desloca as dinâmicas sociais, políticas e psicológicas a medida que (des)(re)direciona as vontades e pulsões (Freud, 1996; Safatle, 2018).

direito de uma educação moral (Brasil, 2015; 2016; 2019), em contraponto a uma educação ética proposta pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996).

A discursividade antidoutrinação coloca-se como o levantamento de uma proibitiva, da busca de uma repressão de fluxos desejantes. A associação do suposto processo doutrinador e a quebra de lei vigente associam-se a um espaço de projeção da ruptura, bem como de um sujeito operante em tal espaço e uma liberdade de efetuação libidinal: a escola como espaço, o professorado como profanador do totem, a liberdade de ensinar como dispositivo de efetuação libidinal – entendida como profana pelos agrupamentos que têm por objetivo a preservação do totem.

Criam-se cartilhas, que guiam a lógica proibitiva dos fluxos desejantes, voltadas à identificação de expressões de desejos lidas como sujeitas a serem interditas – disponíveis ao lado esquerdo da tela, em ícones construídos como quadros-negros: “Conselhos aos pais¹⁵”, “Planejamento das denúncias¹⁶”, “Deveres dos professores¹⁷” e o relato acerca do “Caso Coc¹⁸”. Enunciações que guiam ao processo de vigília à medida que apresentam quais desejos são passíveis, ou não, de serem experienciados, as dinâmicas que os corpos podem (não) efetuar (Foucault, 2007; 2015; 2016). Neste sentido, as proibições e repressões desejantes dão-se a fim de preservações de leis morais totêmicas, que organizam as sociedades primitivas retomadas pela construção dos Eus anímicos (Freud, 2011).

Assim, é questionada a instauração totêmica centrada na organização de tal aglutinação, estruturada em ao menos três eixos: a) Preservação do direito moral da estruturação familiar hegemônica, desqualificando outras organizações familiares inclusivas como desestabilizadoras da ordem; b) Preservação do direito de educação moral da família a seus descendentes, perceptando a liberdade de ensino como ameaça a esta; e c) Preservação da ordem, via supressão de fluxos de crítica. Tais aspectos são perceptíveis no corpo do projeto de lei (Brasil, 2015; 2016; 2019, p.1), visando seu Art. 1, em seu inciso “IX – direito dos pais sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos, conforme assegurado pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos.”; bem como na organização do site, visto os ícones pontuados a sua

¹⁵Texto recuperado de: <<http://escolasempartido.org/conselho-aos-pais>>

¹⁶Texto recuperado de: <<http://escolasempartido.org/planeje-sua-denuncia>>

¹⁷Texto recuperado de: <<http://escolasempartido.org/deveres-do-professor>>

¹⁸O caso Coc consiste em uma ação pela instituição Educacional Coc, contra a divulgação do nome da instituição no texto publicado pela Escola sem Partido intitulado “Luta sem classe”. O movimento Escola sem Partido passa então a disputar o direito de utilizar o nome da instituição para denunciá-la como ideológica, em tal escrito; disputando via instâncias jurídicas essa possibilidade. Mais informações podem ser consultadas em: <<http://www.escolasempartido.org/9-caso-coc/1-a-sanha-do-coc-para-calar-a-critica>>

direita: “Defenda seu Filho¹⁹”, “Educação Moral²⁰”, “Papel do Governo²¹” e ao lado esquerdo com “Modelo de notificação extrajudicial²²”, “Conselho aos pais²³” e “Professor não tem o direito de ‘fazer a cabeça do aluno’²⁴”.

Direcionamentos que são mesclados de textos informativos acerca de que: a) a “educação moral é um direito dos pais”; b) Narrativas acerca de casos de doutrinação e do ferir o direito da educação moral estritamente patriarcal; e c) Discursos imperativos como o conselho aos pais indicando aos mesmos que “*Processem por danos morais as escolas e professores que transmitirem conteúdos imorais*” (texto “Conselho aos pais”)²⁵.

Destarte, o enfoque totêmico é preservativo, visando à impugnação de possibilidades de modificações e criticidades. O totem é preservado, pois é aos seus arredores que as comunidades se articulam em uma normatividade religiosa (Freud, 1996). Tal normatividade religiosa é instaurada devido a desejos reprimidos e sublimados, que produzem a sensação de impotência de viver de outra forma e sob outras vontades (Nietzsche, 2009). Neste sentido, desejos que apelam para transformações e desestabilizações, são vistos como profanos em relação ao totem, e assim devem ser proibidos²⁶. Assim, a qualquer possibilidade de manifestação de desejos transformativos, as renúncias de características singulares devem ser suprimidas em prol da manutenção totêmica – da moralidade vigente, atrelada às figuras paternas judaico-cristãs e que atendam aos desejos de combate ao suposto marxismo cultural, aos estudos de gênero e diversidades sexuais e aos revisionismos e fatos históricos e sociais concretos.

Evidenciou-se que o desejo transformativo e crítico evidenciado no site do movimento Escola sem Partido tem espaço de manifestação: o corpo dos estudantes. Os professores consistem, assim, em agenciadores das pulsões que estimulam nos estudantes o desejo, mas é no corpo do alunado que o desejo se manifesta. Neste tocante, o totem requer à sua organização uma estruturação social e hierárquica, a fim da supressão desejante: o obedecer à figura dos

¹⁹Texto recuperado de: <<http://www.escolasempartido.org/defenda-seu-filho>>

²⁰Texto recuperado de: <<http://www.escolasempartido.org/educacao-moral>>

²¹Texto recuperado de: <<http://www.escolasempartido.org/governo>>

²²Texto recuperado de: <<http://escolasempartido.org/artigos-top/552-modelo-de-notificacao-extrajudicial-arma-das-familias-contr-a-doutrinacao-nas-escolas>>

²³Texto recuperado de: <<http://escolasempartido.org/conselho-aos-pais>>

²⁴Texto recuperado de: <<http://escolasempartido.org/artigos/412-professor-nao-tem-direito-de-fazer-a-cabeca-de-aluno>>

²⁵O texto recuperado de: <<https://www.escolasempartido.org/blog/conselho-aos-pais/>>

²⁶Não tratamos a proibitiva como enunciada por Foucault (2015) como a hipótese repressiva dos desejos, mas compreendendo os processos de repressão como jogos de interdições operantes (Foucault, 2007; Freud, 1996; Nietzsche 2009).

pais²⁷ – garantindo a reprodução da moralidade eleita, dos aspectos culturais e dinâmicas sociais normatizadas.

A autoridade aqui é evocada tendo como justificativa a representação da liderança sacra que visa à manutenção do totem e sua normativa (Bataille, 1989). Como representação sacra, sua ponderação é religiosa, sendo as sanções dos desejos legitimadas pela representativa da preservação da ordem.

Para Nietzsche (2009), a manutenção sacral, visando à manutenção da ordem via renúncia de desejos que conclamem as diferenças, sob promessa de outra vida por vir – um paraíso pós-morte ou no futuro –, caracteriza a formação do rebanho via despotencialização das vontades. A manutenção totêmica ancorada na promessa de ordem e retribuição se mantém, então, no convite da renúncia de si e dos esvaziamentos das vontades.

A promessa da manutenção da ordem e da estrutura familiar normativa, seguindo regulações da moralidade cristã, reiterando a hierarquia social mandatária dos pais sob os filhos, a reprodução do sistema social de cunho econômico capitalista e a garantia de progresso após supressão das críticas, compreendidas por estes como doutrinações. Nesse sentido, para atendimento da promessa, conclama-se por um esvaziamento da crítica, via o combate das supostas doutrinações.

Os esvaziamentos são convocados e as promessas de uma vida melhor por vir, pois caso contrário toda a organização social totêmica estará ameaçada: o medo ronda a promessa de uma vida melhor – pelo inferno, ou pela ameaça da doutrinação no espaço escolar (Nietzsche, 2009; Freud, 1996; 2011). O dispositivo do medo desarticula as libidos singulares do Eu, e nesta lógica proibitiva e insensibilizante perde-se o Eu, massifica (Freud, 2011) e arrebanha (Nietzsche, 2009).

²⁷Vê-se que o movimento Escola sem Partido busca acionar o dispositivo do Estado e, no escopo do manuscrito pontua-se o controle dos pais. Esta demarcação, que deixa o Estado no campo do *não citado*, mas *dito*, incorre a duas aspectos epistemológicos: a) A figura do pai reside em uma representação, que como tal incorre a uma criação de saberes, percepções, valores, ideais que compreendem o pai. Tais figuras refletem a autoridade, garantia de ordem e de governo. O Estado já consiste em uma instituição instaurada pelos valores que representam o pai, no que toca uma perspectiva *psí* (Freud, 1996; 2001). b) De um aspecto social, as identificações dos pais como figura de responsabilidade, direito e direcionamento da formação de *consciência* dos sujeitos é uma pauta política e social. O que se busca nesse sentido é o acionamento do Estado para garantir um governo dos corpos, esse acionamento é uma pauta, um projeto social, disputado nas relações sociais (Foucault, 2016). Quem disputa este governo, são os pais – não apenas eles, visto os jogos políticos, econômicos, éticos e estéticos, todavia estes atores sociais se guiam pela imagem da instituição familiar.

Efeitos de massificação do movimento

A instauração do dispositivo do medo desarticula libidos singulares dos Eus possíveis, e neste processo são acionadas cadeias de interdição das vontades. A perda da singularidade de si e o deslocamento ao desejo de massa arrebanha. O arrebanhamento visa a um enfoque de manutenção do *status quo*, e dos dispositivos totêmicos que o sustentam. Esta produção de um circuito dos desejos, instaurada pelo dispositivo do medo, tem então um caráter conservativo, é o totem instaurado.

Mannheim (1986) ressalta que o aspecto conservativo das culturas, pensamentos e dinâmicas sociais – neste caso trazidos à cena pelo agenciamento dos desejos via dispositivo totêmico – consiste em uma estilística do pensamento. Estilo que se instaura discursivamente em período moderno, visto à construção das unidades nacionais e participação e disputa de organizações sociais, que disputam pela instalação de seu dispositivo totêmico como modo de governo institucionalizado. Vê-se neste sentido a disputa do movimento Escola sem Partido, que em 2004 se organiza enquanto (anti)movimento social organizado e, após 2014, passa as tentativas de instauração de seu dispositivo totêmico de agenciamento de vontades via projetos de lei nas múltiplas instâncias federativas – Nacional, Estaduais e Municipais (Carvalho, Polizel & Maio, 2016).

O ideal aqui é contrapor o sistema proposto e disputado pelos movimentos sociais minoritários: se os movimentos sociais buscam o combate à desigualdade por meio de discussões de gênero, classe, etnia-raça, regionalidade, diversidade sexual; o movimento Escola sem Partido propõe a supressão destes termos e proibitiva dos mesmos (Cara, 2016; Ratier, 2016).

Ao colocar-se em tal disputa o totem agencia desejos e mobiliza um funcionamento psicopolítico, mesmo que não instaurado como projeto legislativo, o mesmo instaura-se enquanto discursividade. Tal instauração como discursividade leva à produção deste como uma ‘verdade’, ao menos em efeitos, ao passo que agencia as pulsões desejantes. As pulsões desejantes são direcionadas à crítica dos processos críticos nos espaços, levando a uma busca de subordinação, que é desejante, visa despotencializar educações críticas por entendê-las como *Ideológicas*, no sentido de que estas seriam não científicas. O desejo assim opera por uma lógica negativa, do “dizer Não” (Nietzsche, 2009) como ato instaurador desta massificação: é no “dizer Não” às educações críticas que se derivam a uma educação única; é no “dizer Não” que as educações críticas derivadas dos processos de supressão das diferenças; é no desejo por unicidade e por homogeneidade que massifica. Vê-se tal exemplificação no olhar ao papel do

professor demarcado no projeto Escola sem Partido, artigo 4º, em que de seis incisos, quatro são iniciados com o professor “não...” (Brasil, 2015; 2016; 2019, p.5-6).

Para tal massificação, guiada pelo não, é necessária uma negação da diferença e conclame por unicidade/homogeneidade, logo se nega até a própria singularidade. Singularidade essa atravessada pelas questões identitárias e de interesse dos próprios estudantes, que ao serem tratadas poderiam desestabilizar a moralidade – ansiosa por reprodução – dos pais.

A presença da ameaça possível, perturbadora, não visível e tocável leva à produção do dispositivo totêmico, que funciona a partir do medo: medo da doutrinação da escola, medo que essa doutrinação leve ao fim da família normativa, medo de que a autoridade seja criticada, medo de possíveis crises e da aparição do *Espírito do gênero marxista*. A (Des)potência funcional deste dispositivo leva ao direcionamento dos desejos aos potenciais da massa, e retira de foco os desejos presentes nas singularidades – é neste sentido que Sigmund Freud (2011) pontuava a desestruturação libidinal, ou seja, o desmonte do Eu e a captação das pulsões desejanças para a massa. A formação da massa, neste sentido, recorre à perda de si, no ritual produzido nos agenciamentos dos desejos no entorno do dispositivo totêmico e do medo da perversão do sacro.

A perda de si é direcionada, guiada, de modo que retira a possibilidade da reflexão sobre si via contato com temas que movimentam pensamento, aqueles que poderiam levar a “[...] conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis” (Brasil, 2015, p. 2). Para isso, o olhar a si é deslocado ao olhar ao professor, direcionado por um cartaz de no mínimo 420 milímetros de largura por 594 milímetros de altura, apresentando o que o professor *Não* pode fazer – como estabelece o projeto de lei Escola sem Partido.

Este processo encontra-se longe de ser não consciente, pelo contrário, como característico de um pensamento conservativo – no sentido da preservação do dispositivo totêmico –, as articulações na produção do dispositivo são conscientes e reflexivas²⁸, tendo objetivos evidentes ao “[...] afastar um fato indesejável através da reforma” (Mannheim, 1986, p. 118), colocando-se como única alternativa possível para conter ameaças.

Neste tocante, o movimento Escola sem Partido levanta a sua bandeira de combate às ideologias e doutrinações – para estes levariam à perversão da infância e da “consciência”, da educação técnico-funcional, voltada para a transmissão de conhecimentos eleitos como

²⁸Conscientes e reflexivos visto que se tratam de aspectos interessados, que arrastam a centro sacerdotal e que guia o rebanho a seus interesses particulares. Sua própria reatividade é guiada afim de interesses particulares tomados como coletivos, da promessa de passado enquanto melhores tempos, do guiar a ordem social e cultural a partir do princípio de autoridade e, de elaborar-se enquanto contra-sistema em relação a movimentações progressistas (Mannheim, 1986).

desejáveis, fiscalização contínua do exercício docente visando denuncia de possíveis manifestações indesejáveis – e, com isso, “preservações da família” e da “liberdade de consciência”²⁹.

Evidencia-se que os mesmos não desconectam a preservação da família da liberdade de consciência, bem como a liberdade de consciência é uma conceituação sempre apresentada no singular: como única forma de pensamento possível. Para fundamentação da liberdade de consciência, e com isso a preservação da família, são mobilizados aspectos técnico-burocráticos que se fundamentam basicamente no artigo 12, referente à liberdade de consciência e religião, parágrafo 4º, apresentados via Pacto de San Miguel da Costa Rica e na Convenção Interamericana de Direitos Humanos, referente: “Os pais, e quando for o caso os tutores, têm direito a que seus filhos ou pupilos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”³⁰ (Organização dos Estados Americanos, 1969, s/p/).

Neste sentido, a liberdade de consciência conclamada consiste no ideal de uma moralidade religiosa que é arrastada ao campo do intocado, visto que o ato ideológico-doutrinatório é colocado como atos que toquem a moralidade ensinada pelos âmbitos privados. Evidenciam-se assim dois aspectos: a) A defesa da moralidade pelos pais, mobilizando os desejos de autoridade e propriedade; e b) O espaço escolar como núcleo de insurgências das crises mobilizadas.

No que toca a defesa da moralidade, esta é mobilizada enquanto se produz discursivamente e coloca em operação via o dispositivo totêmico, o ideal de que qualquer educação crítica ou que toque em “temas contundentes” são uma ameaça à moralidade, e com isso um ato ideológico-doutrinatório de perversão dos “valores”. A moralidade atacada passa a ser considerada àquela ensinada pelos pais ou tutores, atreladas a valores familiares e religiosos que deveriam reinar para garantir uma suposta liberdade de consciência das crianças – como uma “medida de proteção” instaurada no campo psicológico dos sujeitos em formação. Assim, a moralidade é reconhecida como uma medida protetiva e a educação, uma violação desta. A

²⁹Tais palavras chaves são encontradas na página inicial do movimento Escola sem Partido, recuperado de: <<http://www.escolasempartido.org/>>

³⁰Aspecto este que poderia ser eleito como não consciente, por: a) Arrastar um direito de primeira geração, do âmbito do privado, para legislar acerca de aspectos públicos, como a educação; b) “Esquecer” a signação do Protocolo de San Salvador, que define os direitos de educação como de responsabilidade do Estado e da Sociedade para além das convicções morais individuais (Organização Dos Estados Americanos, 1988); c) O enfoque da Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 (Brasil, 1996), que considera a educação em seu aspecto ético e não no perspecto moral. Todavia, estes “esquecimentos” são intencionais, conscientes, e envolvem aspectos de negociação na instalação do dispositivo totêmico do movimento Escola sem Partido.

“medida de proteção” é sempre mobilizada discursivamente para com uma propriedade, ou seja, a liberdade de consciência dos estudantes recai na posição destes sujeitos como propriedades dos pais e da consciência religiosa. Propriedade que seria tratada como um direito inviolável, um direito natural, na perspectiva do pensamento conservador (Mannheim, 1986). A política é então mobilizada sobre o direito de delinear a consciência dos estudantes, entendida como “[...] liberdade de consciência” (Brasil, 2019, p. 1), pelo caráter de funcionamento em consonâncias com a moralidade dos pais e de suas inclinações religiosas.

Tal ideal de posse reflete a outra conceptualização, como pontuado por Marcia Tiburi (2019; 2016), à ideia de autoridade sobre o que é possuído. Deste olhar, a consciência do estudante se encontraria sob guarnição dos pais, e apenas destes, visto que estes apresentam autoridade sobre sua posse.

Esta autoridade patriarcal reverberaria no exercício de seu policiamento sob o núcleo identificado como espaço de manifestação das crises: a escola. Tal perspectiva leva a constantes atos de notificações extrajudiciais, o assaltado da imagem de docentes e sua divulgação com o intuito de justiça social (Tiburi, 2019), até mesmo a invasão dos espaços escolares, a fim de tirar *satisfações diretamente* com o professorado. Olhar que remete, novamente, à perspectiva do dispositivo totêmico em operação (in)desejante: o direito de combater qualquer instância de profanação com atos inquisitoriais (Freud, 2011; 1996; Nietzsche, 2009; Foucault, 2007). Atos inquisitoriais de exame e julgamento violativo, exame este que é direcionado pelas normativas supracitadas de “Flagrando o doutrinador” e “Planeje sua denúncia”. O exame sempre se encontra direcionado a uma disputa por modelo de governo, bem como de poderes, saberes, verdades e a própria produção da psique do sujeito que se subjetiva (Freud, 2011; 1996; Foucault, 2007).

Tais guias são mobilizadas como a instauração de políticas antidemocráticas (Adorno *et al.*, 2016, p.176) à medida que remete a uma hostilidade para com “[...] uma minoria” recorrida a uma máscara de legalidade na busca da eliminação do Outro eleito como inimigo (neste caso, o professorado); ou até mesmo como uma estilística do pensamento fascista (Reich, 1988), visto que remete ao inclino de eliminação do Outro como exercício constante e dedicado, utilizando todo tempo disponível para tal tipo de persecutória.

Tal aspecto de perseguição, voltado ao impulso de autoridade agenciado pelo dispositivo totêmico do medo, torna-se efeito da formação desta massa. A formação da massa é dada na proporção que os sujeitos se aglutinam (Simmel, 2006), esquecem de suas pulsões desejantes próprias (Freud, 2011; Nietzsche, 2009) e direcionam tais pulsões ao interesse da massa. Para

Wilhelm Reich (1988), Theodor Adorno e Max Horkheimer (1991), quando o desejo agenciado coloca-se direcionado à eliminação de um mal a ser combatido, de uma potencial ameaça que deve ser constantemente vigiada e sob qualquer comportamento compreendido como hostil, o direito-dever da reação em legítima defesa de sua autoridade e propriedade – no caso sua autoridade de consciência moralizada e propriedade sob seu tutelado –, as massas encontrar-se-ão guiadas por uma psicologia fascista-autoritária.

Para Reich (1988), a psicopolítica fascista é trazida à cena em períodos de crises. Visualizando o contexto histórico, o autor pontua que em cenários de fascismo os sujeitos direcionavam sua pulsão de morte a um sujeito rostificado. Enquanto o capitalismo produzia altos índices de desemprego, o tempo disponível e a depreciação de si, enquanto sujeito *não bem sucedido*, eram transferidas-direcionadas ao Outro. Não ao capitalismo, ou aos donos dos meios de produção, ou a burguesia, visto que estes não apresentavam rostos, mas sim ao descendente nativo/africano, às comunidades LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, pessoas trans entre outras características identitárias que conferem as sexualidades), às mulheres, socialistas... Tais pulsões de morte eram direcionadas a estes, pois estes tinham um rosto, eram visíveis, e por serem visíveis eram um espaço profícuo de transferência ao passo que dispositivos totêmicos agenciavam desejos e os identificavam como o epicentro das crises.

Na contemporaneidade, as crises de autoridades, as negociações e reformas que deslocam o pensamento da moralidade para a ética, a abertura a crítica de pensamentos cerceadores das pluralidades e diferenças, ao aumento no número de desemprego, às pluralidades identitárias e suas representações, à crise da promessa positivista de *Ordem e Progresso...* levam a um cenário de crises³¹. Tais crises produzem naqueles que são incapazes, como diria Nietzsche (2009), a lidar com a pluralidade não arrebanhada, a direcionar sua pulsão de morte.

Neste cenário, os professores e o estímulo às críticas, que desestabilizam as certezas, são identificados como epicentro das crises e são rostificados: são o espaço da manifestação da perniciosidade, da perversão da moral e da “liberdade de consciência” moralizada. Os efeitos

³¹Evidencia-se que as crises são constâncias. Todavia, cada momento de crise envolve o agenciamento de poderes, saberes e verdades (Foucault, 2016), bem como desejos (Freud, 1996; 2001), que envolvem o como lidar com essa. São em meio as crises que os movimentos sociais disputam por projetos sociais, modelos de sociedade e de mentalidade – com isso, modos passíveis de vivenciar desejos. Com isso um espaço aberto a modos outros de governo – dos corpos, mentalidades e desejos –, novas regulações e regras, mais abertas as diferenças ou mais conservativas e reacionárias (ComiteInvisível, 2016). Todavia, dá-se aqui o enfoque a crise da mentalidade moderna, ocasionada pelos fluxos migratórios, advento dos movimentos sociais e, instalações de democracias em países em desenvolvimento (Hall, 2002).

passam a ser, então, a vigília constante de tais corpos, a fim de destituí-los sob qualquer sinal de ameaça (Carvalho, Polizel &Maio, 2016).

Todavia, os desejos que constituem as personalidades autoritárias e essa psicopolítica da eliminação do Outro (Reich, 1988; Adorno & Horkheimer, 2011; Adorno, 2006; 1995) não se limitam apenas a uma pulsão de morte direcionada ao professorado. Estas refletem, também, uma canalização de desejos presentes no circuito à medida que o dispositivo totêmico os coloca em circulação, sublimando e efetuando, em conformação histórica: desejo etnocêntrico, mandonismo, patrimonialismo, corrupções, desigualdade social, violências, racismos e intolerâncias... Desejos que são trazidos à tona por constituírem raízes dos autoritarismos no Brasil (Schwarcz, 2019). Fez-se a observação de que o dispositivo totêmico mobilizado pelo movimento Escola sem Partido agência os desejos e colocam estes em operação-funcional referente às educações e aos corpos (escolares, professorais, dos alunos e demais membros da comunidade escolar), todavia, as ressonâncias autoritárias (in)desejantes são mobilizações históricas. Tais ressonâncias autoritárias encontram no dispositivo totêmico, instaurado pela discursividade do movimento Escola sem Partido, um espaço para se operacionalizar e efetuar seus (in)desejos. Seus efeitos: a canalização das pulsões de morte, perda da singularidade desejantes dos sujeitos, e direcionamento destas as educações críticas, ao professorado e até mesmo aos estudantes.

Seus efeitos canalizados refletem em produções personalísticas de ideais, elegendo representantes, mas, também, o ideal de que a *Educação sem doutrinação* é importante para o Povo. Como apresentado por Giorgio Agamben (2004), ao eleger um Povo instaura-se uma legislação a este, legitimada pelo (in)fluxo (in)desejante das massas, tem-se uma supressão não apenas dos desejos individuais, mas também dos direitos individuais de desejar: instauram-se Estados de Exceção. Outro desejo agenciado, o ser parte do povo.

O ser parte do povo torna-se um acionar da horda primitiva (Freud, 2011; 1996), que busca uma identidade nos entornos do totem. Aquele que faz parte da horda é o povo, o que não faz não é. É nesta busca por adequar-se e operar de acordo com a dinâmica totêmica do Escola sem Partido – atrelada a interesses religiosos, econômicos e políticos normativos –, em meio a perda de si em que se evita a dúvida e a contestação, e no espreitar o Outro para eliminar qualquer possibilidade de manifestação do mesmo, é que se torna massa. O Movimento EsP massifica, e para isso aciona o medo e rostifica o inimigo: o professor pronto a perverter a moralidade que mantém o totem.

Tal aspecto incorre a um desejo que aglutina a massa, um desejo por uma figura paternal. Esse desejo ora é personalista, buscando um representante, como é utilizado por representantes do legislativo, executivo e judiciário, tornando-se personalidades sob a bandeira do movimento Escola sem Partido. Ora é idealista, em que se apoia ao ideal de que vivemos uma crise moral que deve ser contida, pela preservação do totem. Ora é massificadora, visto que se perde de si, evitando o negativo (Han, 2018) e buscando uma unidade comum no entorno totêmico.

Considerações em curso

Evidenciamos neste percurso investigativo que se encontra em construção, ainda na elaboração de sua segunda parte, a possibilidade do olhar as dinâmicas políticas e psicológicas por meio das analíticas dos desejos. Vimos que as derivações propositivas e derivativas, a partir de uma base epistemológica Freudiana, leva a pensar três eixos de investigação, sendo apenas o primeiro discutido nesta parte do manuscrito: a) Totemificação e a instauração de um dispositivo do medo, que visa à conservação de dinâmicas e supressão de possibilidades de reflexão, crítica e transformação desta – elegendo qualquer possibilidade de confronto ao status quo como uma profanação do sacro; b) Pontuamos que o dispositivo do medo leva a processos de massificação, e com isso perda de si e do Outro em suas estruturas desejantes, que são agenciados à manutenção do totem, com isso surgem as dinâmicas de desejos homogêneos e a produção da desigualdade; e c) A instauração de uma autoridade que é ora personalista, ora idealista, na manutenção das massas e na perda de si.

Tais levantamentos guiam a outros processos investigativos e questionamentos que serão buscados em outros manuscritos, sendo: Quais são os fatores discursivos e não discursivos agenciados para a produção do dispositivo totêmico do medo pelo movimento Escola sem Partido? Como ocorre o processo de instauração da autoridade e os usos destas pelo movimento, visando agenciamento do desejo pela representação paternal? Que moralidades são negociadas e inclusas como normas, não passíveis de serem refletidas? Que educação propõe-se com o esvaziamento da crítica no espaço escolar, e que desejos busca essa educação? Neste sentido que não buscamos um fechamento neste trabalho, mas uma abertura a outras possibilidades e fios analíticos.

Referências

- Adorno, T. (1995). Educação após Auschwitz. In ADORNO, T. (Orgs). *Educação e Emancipação* (p.119-154). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Adorno, T. (2006) A teoria freudiana e o padrão de propaganda fascista. *Margem esquerda: Ensaio marxistas*, 7, 164-189
- Adorno, T., Frenkel-Brunswik, E., Levinson, D.& Stanford, N. (2016). La Personalidade Autoritária (Prefacio, Introduccion y Conclusiones). *EMPIRIA – Revista de Metodologia de Ciências Sociales*, 2, 155-200
- Adorno, T. & Horkheimer, M. (1991). *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- Agamben, G. (2004). *Estado de Exceção*. São Paulo: Biotempo.
- Bataille, G. (1989). La structure psychologique du fascisme, *Hermès*, 5(6), 137-160.
- Bombarda, A. R. (2016). A polêmica do PNDH-3 e a proposta de mediação de conflitos. *Sinais*, n. 20, v.2, 48-65.
- Brasil. (1996). *Leis de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9.394/96*. Lei 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996.
- Brasil. (2016). *Projeto de lei nº 193 de 2016 – Institui o programa Escola sem Partido*. Recuperado de: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666>>
- Brasil. (2019). *Projeto de Lei nº 246 de 2019 – Institui o programa Escola sem Partido*. Recuperado de: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707037&filename=PL+246/2019>
- Brasil. (2015). *Projeto de lei nº 867 de 2015 – Institui o programa Escola sem Partido*. Recuperado de: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=375C72096AFD87644868A98ED8436064.proposicoesWebExterno2?codteor=1317168&filename=Avulso+-PL+867/2015>
- Cara, D. (2016) O Programa “Escola Sem Partido” quer uma escola sem educação. In Ação Educativa (Orgs). *A ideologia do movimento escola sem partido: 20 autores desmontam o discurso* (p. 23-48). São Paulo: Ação Educativa.
- Carvalho, F. A., Polizel, A. L.&Maio, E. R. (2016). Uma escola sem partido: discursividade, currículo e movimentos sociais. *Revista Semina – Ciências Humanas e sociais*, 37(2), 193-210.
- ComiteInvisivel. (2016). *Aos nossos amigos: Crise e Insurreição*. São Paulo: N-1 Edições.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1996). *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia* volume 3. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Dip, A. (2018). *Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Espinosa, B. R. S. & Queiroz, F. B. C. (2017). Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido. In: Frigotto, G. (Orgs). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça e educação e a sociedade brasileira* (p. 49-62). Rio de Janeiro: UERJ.
- Foucault, M. (2016). *Microfísica do poder*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- Foucault, M. (2015). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra.
- Foucault, M. (2007). *El poder psiquiátrico*. Buenos Aires: Fondo de la Cultura Económica.
- Freud, S. (2011). *Psicologia das massas, análise do Eu e outros textos (1920-1923)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1996). *Totem e tabu e outros trabalhos – Volume XIII (1913-1914)*. Rio de Janeiro: Imago.
- Han, B. (2018). *Psicopolítica: Neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Editora Âyné.
- Mannheim, K. (1986). O pensamento conservador. In: Martins, J. S. (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural* (p. 77-131). São Paulo: HUCITEC.
- Natanson, J. (2018). Brasil: la nueva potencia de la derecha mutante. *Nueva Sociedad – Democracia y política em America Latina*, outubro de 2018. Recuperado de: <<https://nuso.org/articulo/brasil-la-nueva-potencia-de-la-derecha-mutante/>>
- Nietzsche, F. (2009). *Genealogia da Moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Organização dos Estados Americanos. (1969). Comissão Interamericana de Direitos Humanos. *Convenção Americana sobre direitos humanos*. Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, San José, Costa Rica, em 22 de novembro de 1969.
- Organização dos Estados Americanos. (1988). Comissão Interamericana de Direitos Humanos. *Convenção Americana sobre direitos humanos*. Conferência Especializada Interamericana sobre protocolo adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de direitos econômicos, sociais e Culturais, “Protocolo de San Salvador”, concluído em 17 de novembro de 1988
- Ratier, R. (2016). 14 perguntas e respostas sobre o “Escola sem Partido”. In: Ação Educativa (Orgs). *A ideologia do movimento escola sem partido: 20 autores desmontam o discurso* (p. 29-42). São Paulo: Ação Educativa.
- Reich, W. (1988). *A psicologia de massas do fascismo*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Safatle, V. (2018). *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Schwarcz, L. M. (2019). *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- Simmel, G. (2006). *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Zahar.
- Tiburi, M. (2016). *Como conversar com um fascista*. 5 ed. Rio de Janeiro: Record.
- Tiburi, M. (2019). *Delírio do poder: psicopoder e loucura coletiva na era da desinformação*. Rio de Janeiro: Record.
- Ximenes, S. (2016). O que o direito à educação tem a dizer sobre “Escola Sem Partido”? In: Ação Educativa (Orgs). *A ideologia do movimento escola sem partido: 20 autores desmontam o discurso* (p. 49-58). São Paulo: Ação Educativa.

Recebido: 04/02/2020

Aceito: 16/06/2020

Publicado: 30/09/2021

NOTA:

Os autores foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.